

O conceito de autoria aplicado pelo INEP na avaliação das redações no Exame Nacional do Ensino¹

*The concept of authorship applied by INEP in the evaluation of essays in the
National Teaching Exam*

Marcio Luis do Nascimento GUERRA²
Glauco Cunha CAZÉ³

Resumo: Este trabalho tem como propósito suscitar a discussão sobre o atual método de avaliação do Inep quanto ao critério de autoria nas redações do Enem, expectativa teórica julgada através da Competência 3, dentre as cinco outras que também avaliam os textos de milhões de candidatos Brasil afora. Para isso, à luz de exemplos de personalidades históricas que se destacaram por seus recursos de escrita autorais e do próprio conceito de autoria para renomados teóricos, como Bakhtin (2010) e Possenti (2011), serão elucidadas as orientações teóricas discrepantes entre o que é expresso no único documento oficial fornecido aos candidatos, por meio da Cartilha do Participante, presente no site do Inep (INEP, 2020), sobre o assunto e, o que, de fato, espera-se de uma escrita autoral, como explicitado no Manual de Correção de Redação dos Corretores (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019). Isso, a fim de que se torne nítido perceber o abismo metodológico e conceitual existente entre a preparação do avaliado e as expectativas do avaliador quanto ao atendimento do critério desejado, haja vista a importância da preparação escolar diante do nível de complexidade que uma redação autoral exige – tornando instável a transparência e a isonomia do processo seletivo em questão.

Palavras-chave: Autoria. Projeto de texto. Ensino. ENEM.

Abstract: The purpose of this work is to raise a discussion about the current Inep evaluation method regarding the Authorship criterion in the Enem newsrooms, a theoretical expectation judged through Competence 3, among the five others that also evaluate the texts of millions of candidates throughout Brazil. For this, in the light of examples of historical personalities who stood out for their authorial writing resources and the very concept of authorship for renowned theorists, such as Bakhtin (2010) and Possenti (2011), the discrepant theoretical orientations between what is expressed in the only official document provided to candidates through the Participant's Booklet on the Inep website (INEP, 2020) on the subject and what, in fact, is expected from an author's writing, as explained in the Writing Correction Manual of Brokers (National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira, 2019). This in order to make it clear to perceive the methodological and conceptual gap between the preparation of the evaluated and the expectations of the evaluator regarding the fulfillment of the desired criterion, given the importance of school preparation in the face of the level of complexity that an authorial writing requires - making the transparency and isonomy of the selection process in question unstable.

Keywords: Authorship. Text design. Teaching. ENEM

DOI: 10.24024/23585188v14n2a2021p05014

Introdução

Os romances tradicionais, como os folhetins que predominaram durante os séculos XVIII e XIX, valorizavam a história a ser contada. À época, os leitores brasileiros buscavam saber o que iria acontecer nos próximos capítulos, pois o importante era o enredo. A escrita linear, com uma história fechada, fazia do leitor Romântico um viajante sedento pela estrada que a narrativa proporcionava; o drama dos personagens fazia com que meras páginas fossem etapas de um

¹ Este artigo é resultado do Projeto de Monografia apresentado para obter nota no componente curricular Projeto de TCC, requisito para obtenção do título de Graduado em Letras pela Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE.

² Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Letras da Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE | E-mail: mluizguerra@gmail.com

³ Doutor em Teoria da Literatura pela UFPE | professor do Curso de Letras da FAFIRE | orientador da pesquisa | E-mail: glaucoaze@gmail.com

caminho a ser percorrido; das linhas, dissabores compartilhados; dos pontos finais que culminavam o fim da história, um final tempestivo de um ciclo na vida do leitor.

Com um novo século, um novo método: a chegada do século XIX trouxe consigo o romance Realista, e com ele a discussão sobre a forma por meio da qual se conta uma história. Entra em cena a questão do discurso na literatura. Com *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), Machado de Assis rompeu completamente com o que se esperava de um romance, porque abriu as portas das múltiplas perspectivas que de uma mesma história se pode ter. Isso porque, através de uma escrita com um narrador em primeira pessoa, autobiográfico, por sinal, Brás Cubas, um defunto autor, sabe que seu romance é uma versão: está rememorando os fatos e não pode recuperá-los fidedignamente, apenas contá-los *como* interpretá-los: “Era fixa a minha ideia, fixa como... Não me ocorre nada que seja assaz fixo nesse mundo...” (ASSIS, 1978, p. 19).

Fazendo jus à Licença Poética para se expressar criativamente, como quando comentava sobre um capítulo, ou ao antecipar um fato que só se concretizaria em outro momento, Machado entrou para os anais da história não somente pelo que disse, mas por como disse. Foi assim que o autor trouxe à tona um dos aspectos mais valiosos para a construção de um bom texto – seja ele literário ou não –, que é a sua autoralidade, esta que por muito tempo foi entendida como mera correlação entre autor-obra.

...o maior defeito deste livro és tu, leitor. Tu tens pressa de envelhecer, e o livro anda devagar; tu amas a narração direita e nutrida, o estilo regular e fluente, e este livro e o meu estilo são como os ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam o céu, escorregam e caem... (ASSIS, 1978, p. 102).

Com o passar dos séculos, felizmente, a noção de autoralidade sofreu mutações. Para Foucault, trata-se de algo fundamentalmente histórico-discursivo, bem próximo à ideia de “legado”, pois tem a ver com a maneira pela qual um determinado autor e suas respectivas obras serão vistos e considerados em diferentes sociedades. Já Bakhtin (2010) associa a ideia de autoria à perspectiva de quem enuncia o discurso, isto é, a forma que um autor-criador deu forma e “acabamento” a seus personagens (CAVALHEIRO, 2008) e à escolha ideológica com que pronunciou as informações.

O autor se realiza e realiza o seu ponto de vista não só no narrador, no seu discurso e na sua linguagem (que, num grau mais ou menos elevado, são objetivos e evidenciados), mas também no objeto da narração, e também realiza o ponto de vista do narrador (BAKHTIN, 2010, p. 118).

É nessa perspectiva que se encontra o conceito de Autor-criador, em Bakhtin (1992b), interpretado por Faraco (2005) da seguinte forma:

O autor-criador é, assim, quem dá forma ao conteúdo: ele não apenas registra passivamente os eventos da vida (ele não é um estenógrafo desses eventos), mas, a partir de uma certa posição axiológica, recorta-os e reorganiza-os esteticamente. [...] O autor-criador é, assim, uma posição refratada e refratante. Refratada porque se trata de uma posição axiológica conforme recortada pelo viés valorativo do autor-pessoa; e refratante porque é a partir dela que se recorta e se reordena esteticamente os eventos da vida (p. 39).

E é essa forma de composição do texto que Sírío Possenti (2002), corroborando a posição de Bakhtin, considera como uma possibilidade válida para que um escritor consiga “sair da mesmice” diante da produção de um texto – aqui incluídos os textos não literários, os quais, em sua grande maioria, precisam respeitar a rigidez da gramática normativa –, que é o conceito de autoria ligado ao estilo de cada produtor como uma maneira de garantir ao “mesmo” algo “inovador”, respeitados, por óbvio, os limites ligados à estrutura típica do texto (como no caso das produções de texto de vestibular, a exemplo do Enem, em que há a necessidade do atendimento à tipologia textual dissertativo-argumentativa).

Afirmar anteriormente que um dos indícios de autoria é dar voz aos outros. Mas também disse que um texto bom é uma questão de como... Podemos juntar as duas coisas: pode ser uma questão de como dar voz aos outros. Em princípio, como regra, pode-se sugerir “nada de mesmice”(…) A variação é de bom tom. Mas, de novo, nada de variar por variar (POSSENTI, 2002, p. 117).

Assim posto, muito além da mera adequação das variantes sociolinguísticas para compreensão do texto e do conteúdo que este possui, a formatação de um projeto textual ligado à forma, por meio de traços de autoralidade, que Sírío Possenti (2002) denomina como indícios de autoria, servem não só para enriquecer um texto, mas, sobretudo, para garantir ao autor dele autonomia criativa para conjugar informações de maneira inovadora, intervencionista, distinguindo-se, dessa forma, de outros escritores justamente não pelo que diz, mas por como dizer.

Em suma: há indícios de autoria quando diversos recursos da língua são agenciados mais ou menos pessoalmente - o que poderia dar a entender que se trata de um saber pessoal posto a funcionar segundo um critério de gosto. Mas, simultaneamente, o apelo a tais recursos só produz efeitos de autoria quando agenciados a partir de condicionamentos históricos, pois só então fazem sentido (POSSENTI, 2002, p. 109).

A importância de tais indícios de autoria pode ser vista, a título de exemplo, na maneira pela qual os enunciadores da língua, das mais variadas profissões, propõem-se a se expressar e, com isso, são facilmente identificados. Não pelo conteúdo, mas pela forma como conjugaram muitas vezes o “mesmo” diferentemente. Dentre os textos propriamente jornalísticos, por

exemplo, destacam-se aqueles de Nelson Rodrigues dedicados ao futebol, nos quais o autor empregou toda sua veia dramática para transformar partidas em batalhas épicas e os jogadores em heróis. À época, vários eram os comentaristas de futebol e inúmeros foram os textos sobre as lendárias partidas; mas apenas os com estilo “rodriguiano” saíram dos jornais datados para se transformarem em referências para o futuro.

É de arrepiar a cena. De um lado, uns quatro ou cinco europeus, de pele rósea como nádega de anjo; de outro lado, feio e torto, o Mané. Por fim, o marcador do brasileiro, como única reação, põe as mãos nos quadris como uma briosa lavadeira. Num simples lance isolado, está todo o Garrincha, está todo o brasileiro, está todo o Brasil. [...] (RODRIGUES, 1994, p. 79).

No entanto, por serem muitas vezes subjugados a meros recursos de estilo do campo artístico-literário – de autores e autoras sobre os quais normalmente se estuda nas aulas de literatura e, quando findadas suas respectivas avaliações, infelizmente, caem em ostracismo, tanto as obras quanto a maneira como foram escritas –, recursos autorais presentes em textos de diferentes gêneros discursivos são pouco enfatizados durante os anos de formação básica de milhões de alunos e alunas pelo Brasil, sobretudo na hora de se preparar para os vestibulares, como é o caso do Enem. Isso se dá porque, além do nível de exigência criativa e operacional para promoção desses recursos autorais ao longo da redação, em um tempo de prova que deve estar em consonância com a feitura das 180 questões objetivas da prova de Linguagens e de Humanas, no mesmo dia, em exatas cinco horas e meia – além de passar a própria redação a limpo, marcar gabarito e não ter imprevisto algum –, há, também, uma falha na maneira como um critério tão relevante é transmitido aos principais interessados nos méritos de correção do exame, os próprios candidatos, e uma lacuna entre o que é dito sobre o conceito de autoria para as pessoas que corrigem esses textos.

Assim, por enxergar a importância da autoria como um instrumento linguístico capaz de promover um aprimoramento na escrita, sobretudo em contextos discursivos como o do Enem, para o qual são feitas, à luz do mesmo tema, mesma tipologia textual e mesmas regras de correção, milhões de redações, serão analisados os documentos oficiais disponibilizados pelo Inep – para candidatos e para corretores –, como forma de comparar e demonstrar as diferenças na tratativa de um critério que pode ser crucial para a pontuação máxima da prova; além de questionar a maneira pela qual a banca vem interpretando a ideia de autoria e, por sua vez, ensinando.

Um critério mais-que-necessário: a autoria como sinônimo de qualidade nas redações do ENEM

O Enem, que teve sua estreia em 1998, é, atualmente, a principal porta de entrada para o ensino superior e, por isso, vem tomando dimensões cada vez maiores, seja com relação à ampliação de participantes do exame ou da sua própria dinâmica de elaboração e aplicação. Porém, por estar vinculado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e ao Plano Nacional de Educação (PNE Nº 10.172/2001), também tem como fim servir de instrumento de avaliação para as competências e habilidades desenvolvidas ao longo do ensino básico. Por isso, para a produção da redação, foi criada a Matriz de Referência pautada em cinco competências, que, em resumo, avaliam no texto: o domínio da linguagem, a compreensão de fenômenos, a capacidade de enfrentar situações-problema, a construção de argumentações e a elaboração de propostas.

Com o tempo, e com a ajuda de dados abaixo postos, percebe-se que a avaliação das redações tornou-se cada vez mais rígida, desde a formulação do tema até as correções dos textos, selecionando cada vez mais, em termos qualitativos, aqueles que se adequassem melhor às exigências trazidas pela Matriz de Referência. Prova disso são os dados abaixo socializados do Enem, de 2013 até 2018, nos quais o quantitativo de redações nota mil vêm diminuindo a cada ano.

Quadro 3 - Contexto histórico das redações do Enem

Ano	Tema	Nota 1000	Anuladas	Inscritos
2013	Efeitos da Lei Seca	481	106.742	7,17 milhões
2014	Publicidade infantil em questão no Brasil	250	529.374	9,5 milhões
2015	A perspectiva da violência contra a mulher na sociedade brasileira	104	53.032	8,4 milhões
2016	Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil	77	84.236	9,2 milhões
2017	Desafios para a formação educacional do surdo no Brasil	53	309.157	6,1 milhões
2018	Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet	55	112.559	5,5 milhões

Fonte: Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso em 11 jun 2018.

Como um dos efeitos do afunilamento de notas mil no processo de avaliação do Enem, a persecução às melhores notas na redação por parte dos candidatos aumentou, à medida que o mercado de preparação dos vestibulandos também se expandiu. Ao se deparar com o tema da redação no Enem, estudantes de todo o país têm muitas vezes atendido às automatizações da escrita durante o processo de ensino e se submetem ao fenômeno de venda das redações

“prontas” (também conhecidas como textos-coringa, pois, aludindo à carta coringa no jogo de baralho, prometem prover ao estudante uma estrutura tão versátil quanto a da jogatina) e, por isso, têm suas habilidades de criação textual castradas, muitas vezes antes mesmo de tentar escrever uma redação.

Nesse prisma, a autoralidade se mostra como um critério de extrema importância na avaliação das redações do Enem, pois se apresenta como uma das únicas formas de avaliar se os candidatos, de fato, conseguiram se apropriar da proposta temática e se conseguem conjugar as informações a favor de um ponto de vista verdadeiramente próprio e individual, de acordo com suas respectivas leituras de mundo. Sírío Possenti (2002) avalia que a autoria estaria atrelada a uma questão de singularidade, ao estilo do produtor textual, algo que claramente diverge do que se vende com tais esquemas textuais prontos, atualmente, como “marca de autoria”, que é a disposição de frases desconexas de personalidades desconhecidas ou, até, uma palavra “bonita” que se põe como forma de tornar o texto mais primoroso aos olhos do avaliador, na ideia de ser algo diferente do que outros candidatos farão. Fato que, infelizmente, muitas vezes compromete completamente a coerência das ideias ali defendidas, pela desconexão que existe entre a incorporação dessas ideias e palavras “prontas” e o campo informacional e semântico que a frase-tema propõe.

A teoria e a prática: distância que vale uma nota

A maneira pela qual se decide escrever a redação do Enem está relacionada à forma de defesa do ponto de vista após a indicação de um tema, dentro dos parâmetros do texto dissertativo-argumentativo, que, por sua vez, é avaliado em dois grandes aspectos intimamente relacionados: um composicional (estrutural), cobrado na Competência 2 da Matriz de Referência para Redação; outro configuracional (pragmático-retórico), cobrado na Competência 3.

Ou seja, enquanto parte da Competência 2 envolve a análise do aspecto composicional do texto argumentativo, inclusive quanto à origem, à pertinência, à legitimidade e à produtividade dos repertórios socioculturais trazidos pelo participante para fundamentar suas ideias, a 3 envolve todas as estratégias usadas por ele com a finalidade de persuadir o leitor e induzi-lo para um dado posicionamento, buscando engajá-lo em determinado ponto de vista sobre o mundo. Sobre a avaliação dessas duas competências, diz a Cartilha do Participante, mantida a caixa alta (INEP, 2020):

COMPETÊNCIA 2: COMPREENDER A PROPOSTA DE REDAÇÃO E APLICAR CONCEITOS DAS VÁRIAS ÁREAS DE CONHECIMENTO PARA DESENVOLVER O TEMA, DENTRO DOS LIMITES ESTRUTURAIS DO TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO EM PROSA
COMPETÊNCIA 3: SELECIONAR, RELACIONAR, ORGANIZAR E INTERPRETAR INFORMAÇÕES, FATOS, OPINIÕES E ARGUMENTOS EM DEFESA DE UM PONTO DE VISTA

Nota-se, no entanto, que mesmo sendo um critério de extrema importância e relevância – capaz de elevar a nota e definir uma vaga no curso pretendido –, ainda no mesmo documento (2020) a palavra autoria aparece timidamente, apenas na descrição de níveis da Competência 3, abaixo dispostas, respectivamente, descrevendo o que se exige para que se tire nela as duas maiores pontuações (200 e 160), sem que nada mais seja dito sobre o assunto:

Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.
Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.

O Manual de Correção (2019), por sua vez, documento até então sigiloso, que serve como documento-base para a preparação dos corretores que fazem a avaliação da prova, expressa da seguinte forma a noção de autoria adotada pela prova:

Há muito o conceito de autoria é discutido, várias são as teorias e renomados são os autores que o definem. Para nós, no entanto, na avaliação de redações, o conceito de autoria se mostra relacionado ao projeto de texto elaborado e ao desenvolvimento de informações, fatos e opiniões trazidos pelo participante para sua redação. Isso significa que um texto com autoria é aquele em que o participante apresenta um projeto de texto estratégico e consegue cumprir com êxito, de maneira organizada e consistente, o que foi programado nesse projeto. (...) Isso significa que um texto que dá voz apenas aos textos motivadores pode ter autoria tanto quanto outro que traz conhecimentos de fora da proposta de redação. O importante para a Competência III é a autonomia do texto, que deve se sustentar sozinho, sem depender de conhecimento exterior por parte do leitor, ou mesmo dos textos motivadores, para que faça sentido. Trata-se daquele texto que se explica por si só. O que será considerado na Competência III, portanto, é a forma como o texto é trabalhado – se é escrito de modo organizado, consistente e estratégico. Levando isso em conta, podemos afirmar que, para atingir o nível máximo na Competência III, o importante não é apenas o que o participante mobiliza para a escrita de seu texto, mas como ele mobiliza (seleciona, relaciona, organiza e interpreta) aquilo que apresenta. Assim, **na avaliação das redações do Enem 2019, entenderemos autoria como o resultado de uma boa organização e de um bom desenvolvimento do texto** [grifo nosso].

Depreende-se, por meio de uma comparação entre as duas categorizações sobre o conceito de autoria utilizadas em ambos os documentos (com destaque para o fato de que o último, até 2019, era de conhecimento exclusivo dos corretores), que existe uma falha na transparência do processo seletivo em relação ao que se espera dos candidatos e o que aos corretores é orientado.

Em um primeiro momento, nota-se, diante do Manual do Candidato, através da descrição dos níveis da Competência 3, acima trazida, que o conceito de autoria, dado seu grau de importância, enquanto recurso capaz de enriquecer a produção textual, assim como os demais critérios avaliativos, deveria ser devidamente explicado quanto às expectativas esperadas pela banca nesse quesito, uma vez que a vagueza e a inconsistência conceitual diante de um critério avaliativo gera tanto um irreparável ônus à aprendizagem de candidatos e de seus respectivos professores, quanto é capaz de lesionar a nota final da redação, e, com isso, as chances de êxito no vestibular. Os caminhos que levam à autoralidade de um texto, aqui exemplificados, são percursos técnicos que têm como destino o aprimoramento e a originalidade textuais, mas que, se requisitados para esta viagem pelo universo da escrita, podem tornar a bagagem de milhões de candidatos insuficiente.

Em um segundo momento, o próprio documento de subsídio para os profissionais que corrigirão esses textos torna confusa a explanação sobre o conceito de autoria e, por vezes, até distorce-o – quando diz que autoria será entendida como resultado de uma boa organização e de um bom desenvolvimento de texto. Isso, conceitualmente, além de improcedente com base nos estudos aqui vislumbrados, é extremamente perigoso por – dentre tantos – três grandes motivos: o primeiro, pelo fato de a organização e o desenvolvimento do texto já ser algo cobrado pela própria competência 3, como descritos nos níveis 4 e 5 dela, o que configuraria reincidência no mérito de correção; segundo, porque, até 2019, esse documento – assim como todos os outros que preparam e capacitam avaliadores – era sigiloso, sujeito à pena se divulgado, inclusive, como consta na contracapa do documento –, ou seja, se não houvesse essa divulgação, sobre a qual, até hoje, pouquíssimos estudantes têm conhecimento, por sinal, esse critério continuaria sendo cobrado sem que se soubesse como, de fato, é visto pela banca avaliadora, o que compromete gravemente a transparência do processo; e, terceiro, e talvez mais grave problema, a maneira como a banca trata, conceitualmente, a questão da autoria.

Considerações finais

Deseja-se, com este trabalho, contribuir com um processo de seleção mais transparente, isonômico e, sobretudo, mais justo, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir das análises aqui feitas acerca de um dos critérios exigidos pela banca avaliadora na prova de redação, que é o de autoria, elemento textual de caráter *sui generis* nas produções de texto.

O Enem é, hoje, o principal elo entre a formação de jovens e o mercado de trabalho, o

qual tem exigido cada vez mais sujeitos autônomos, criativos e aptos a decodificar e resolver problemas nas mais diversas áreas. Por isso, sendo a persecução de uma escrita com marcas de autoria uma das maneiras de provocar essa inquietação, faz-se extremamente necessária – para estudantes, a sua devida elucidação durante a formação escolar, e principalmente para corretores, no momento em que se preparam para corrigir as redações em processos seletivos, como no Enem.

Por isso, torna-se necessário que sejam feitos ajustes, tanto na maneira pela qual se instruem os corretores dessas provas, a fim de que não restem dúvidas conceituais e metodológicas acerca do assunto – e assim possam corrigir esses textos de maneira mais isonômica –, quanto sejam melhoradas as formas pelas quais o edital se prontifica quanto ao que dos candidatos é esperado, de maneira que, ao enfatizar e detalhar os critérios de correção, os candidatos possam se capacitar adequadamente para este que talvez seja o texto de ingresso na universidade dos sonhos.

Referências

- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. A redação no Enem 2020: cartilha do participante. Brasília, DF: INEP, 2020.
- FARACO, Carlos Alberto. Autor e autoria. *In: BRAIT, Brair (org.). Bakhtin: conceitos chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 37-60.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? (1969). *In: Ditos e escritos: estética; literatura e pintura; música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 264-298.
- MARQUES, José Carlos. **O futebol em Nelson Rodrigues: o óbvio ululante, o Sobrenatural de Almeida e outros temas**. São Paulo: Educ, Fapesp, 2000.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996a. 120 p.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Exterioridade e ideologia. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 30, 1996.
- POSSENTI, Sírio. Discurso, estilo e subjetividade. São Paulo: Martins Fontes, 1993. *In: POSSENTI, Sírio. Os limites do discurso*. Curitiba: Criar, 2002.
- POSSENTI, Sírio. Enunciação, autoria e estilo. **Revista FAEEBA**, Salvador, v. 10, n. 15, p. 15-21, 2001.

TFOUNI, Leda Verdiani. Autoria e contenção da deriva. *In*: TFOUNI, Leda Verdiani (org.). **Múltiplas Faces da Autoria**. Ijuí: Editora Unijuí, 2008, p.141-158.

Recebido em: 17.11.2022

Aprovado em: 06.12.2022

Para referenciar este texto:

GUERRA, Marcio Luis do Nascimento; CAZÉ, Glauco Cunha. O conceito de autoria aplicado pelo INEP na avaliação das redações no Exame Nacional do Ensino Médio. **Revista FAFIRE**, Recife, v. 14, n. 2, p. 005-014.